

## Editorial

# UNIDADE DAS FORÇAS DEMOCRÁTICAS PARA REFORÇAR A RESISTENCIA CONTRA A DITADURA

A realização das eleições municipais representou em si uma conquista a mais das forças democráticas. Porque já não é segredo para ninguém que a esmagadora vitória do MDB em 1974 concorreu de forma bastante significativa para a agudização das contradições no seio do regime. E não faltaram, já naquela ocasião, os apologistas da extinção pura e simples do processo eleitoral, ou da criação de novas fórmulas, novos critérios, visando antes de tudo a dividir as forças democráticas. Tais propósitos não puderam, no entanto, ser concretizados.

Quais as perspectivas que se abrem agora, diante do novo quadro indubitavelmente favorável às forças de oposição? Antes de tudo, a certeza de que o regime não pode se permitir uma nova derrota em 1978, até mesmo pelo caráter que então se emprestará aos votos. Mas se é verdade que esta ditadura já não tem mais as potencialidades políticas do período áureo do «ame-o ou deixe-o», também não é menos verdade que ainda não passou à defensiva e que, logicamente, tem instrumentos repressivos de recuperação a curto prazo.

Eles podem ser vários. Desde um novo ato institucional, onde se resolva abrir mão inclusive das aparências legalistas, até o alargamento do colégio eleitoral, passando, é claro, pela possibilidade de criar novos partidos no fito único e permanente de fomentar a divisão da Oposição.

Qualquer que seja a medida, mesmo se aparentemente com uma imagem de força, ela representará em verdade uma confissão de debilidade do regime. Qual deve ser, então, a resposta dos democratas?

No momento em que é escrito este editorial, dentro da

conjuntura determinada pela realização das eleições, o PCB reitera suas proposições em torno de uma questão concreta, a todos os representantes de correntes de pensamento, ou políticas; a todos aqueles que aspirem ao fim do regime fascista e ao restabelecimento da democracia no Brasil.

Para nós, tudo parte de uma posição de princípio que propagamos de maneira formal desde o nosso VI Congresso: não existe solução justa para a crise brasileira fora da participação do povo no processo político. E recentes episódios foram bastante significativos para mostrar que quando esta participação se dá de forma efetiva, a ditadura é obrigada a recuar e se vê impedida de aplicar a sua legislação de arbitrio.

Entendemos, então, que o processo de conquista das liberdades democráticas, e da reafirmação da soberania nacional tão aviltada pelo regime atual, passa obrigatoriamente pelo fortalecimento da unidade da Frente antiditatorial, assim como pela elevação de seu nível de organização. Este é o único instrumento capaz de dar continuidade à participação do povo na luta política. Uma participação — e para tal devem estar advertidos alguns honestos democratas — que não pode ser negociada.

A defesa do calendário eleitoral e uma luta permanente contra as pressões e manobras que tentam dividir as suas forças devem ser as tarefas imediatas da Oposição, nas quais cabe aos comunistas assumir um papel de vanguarda. Isto, é claro, no quadro permanente da mobilização pelas reivindicações mais sentidas do povo brasileiro.

O regime fascista tenta nos dividir. A nós, de combatê-lo. Unidos!

## Contra a ditadura obscurantista, a criação cultural é uma forma de luta

Uma das funções que o Ato Institucional nº 5 deveria cumprir, de acordo com os planos de seus criadores, era a de proporcionar ao regime todos os instrumentos de que ele precisava para combater a hegemonia que as forças progressistas do País, severamente derrotadas em 1964, tinham conseguido manter no campo da cultura. A utilização sistemática e em ampla escala da censura, a supressão dos direitos e garantias constitucionais e a rude intervenção na Universidade implantaram no Brasil aquilo que veio a ser chamado de «vazio cultural».

Mas a manutenção do «vazio cultural» não só é impossível, a longo prazo, como a política que tentasse alcançar esse objetivo exporia o regime a um desgaste permanente e profundo: não mesmo os regimes radicalmente anticulturais de Hitler e de Mussolini usaram renunciar à luta pela hegemonia no campo da cultura, pois sabiam que, apoiada num mero controle policial exterior da conduta dos cidadãos, uma ditadura se arrisca sempre a sofrer um rápido processo de decomposição, no caso de uma crise.

O quadro atualmente apresentado pela batalha cultural no Brasil é complexo. O teatro tem obtido grandes êxitos com peças de claras implicações antifascistas, tais como *Gota d'Água*, de Chico Buarque e Paulo Pontes, *O Último Carro*, de João das Neves, e *A Longa Noite de Cristal*, de Otaviano Vianna Filho. O poeta Ferreira Gullar deslumbrou recentemente a crítica e o público com seu corajoso *Poema Sijo*. Uma reportagem, limpa e honesta, de um jornalista brasileiro sobre Cuba (*A Ilha*) está colocada na lista dos *best-sellers*. Além disso, têm sido publicadas traduções de importantes ro-

Um humorista famoso já disse que entre as diversas formas de adesão a mais sofisticada foi a aplicada por determinados representantes do «cinema novo». Mas para o bem do povo brasileiro, esta não é a tônica. Ao contrário, o que se vê em toda parte é que a repressão, a violência contra a criação, todos os métodos utilizados pelo regime não foram capazes de sufocar a imensa capacidade de luta dos nossos mais representativos homens da cultura. Mas eles têm ainda um papel muito importante a jogar. É a Cultura contra a ditadura!

manças de inspiração democrática e crítica social, como *O Outono do Patriarca*, de Garcia Márquez, e *O Século das Luzes*, de Alejo Carpentier. E isso sem falar no imenso interesse despertado pela primeira tradução brasileira do *Capital* de Marx.

Mas o regime fascista tem consciência tanto dessa «desagradável» reanimação de sentimentos democráticos na área da produção cultural como da limitada periculosidade que esse setor apresenta, a curto prazo. Os fascistas esperam poder devastar, mais tarde, assim que as circunstâncias lhes venham a propiciar semelhante operação, todos os germes oposicionistas que medram na cultura brasileira; por enquanto, porém, eles admitem que o regime concentre suas energias repressivas — pragmaticamente — no campo dos grandes meios de comunicação de massa; a ditadura sabe que, por força da própria estrutura sócio-econômica retrógrada que ela deve preservar (e eventualmente «modernizar»), muito pouca gente no Brasil pode ler livros ou ir ao teatro; mas ela sabe também que para ela é vital o controle rigoroso da televisão, do rádio, do cinema e dos jornais.

Num balanço realista de suas possibilidades, o governo verifica que não está em condições de tentar assumir diretamente e desde já a hegemonia no terreno da cultura, por falta de quadros intelectuais e artísticos em número e nível qualitativo suficientes. No Congresso dos Escritores realizado em Brasília, em abril de 1976, isso ficou claro; embora houvesse uma esmagadora predominância de escritores conservadores, o ditador de plantão só conseguiu mobilizar uma quarta parte dos congressistas para a recepção que lhes ofereceu.

Ao Ministro Ney Braga cabe, assim, ao lado da polícia, a tarefa de controlar por meios drásticos a TV, o rádio, o cinema e os jornais de oposição, preparando, por outro lado, na medida do possível, as bases de uma futura ofensiva na luta pela hegemonia cultural. Enquanto essa grande ofensiva não dispõe dos pré-requisitos necessários, a política cultural do governo se empenha em dividir os artistas e intelectuais que a ditadura não consegue absorver nem mesmo neutralizar, semeando a discórdia e a confusão entre eles. As vezes, intelectuais e artistas de boa fé se deixam envolver pela manobra; a desorganização em que ainda se encontra o movimento de massas faz com que eles se deixem desviar para polémicas secundárias e comecem a ver o inimigo onde este não se acha. Há pouco, um cineasta declarou ao semanário *Movimento* que a maneira de lutar contra a censura era a denúncia do modo de escrever acadêmico, da tradição de Machado de Assis, que era um modo de escrever que tornava possível a própria existência da censura... Na verdade, o semanário *Movimento*, que publicou a entrevista do cineasta, sabe que as arbitrariedades da censura, de que ele é frequentemente vítima, não são devidas a nenhuma tradição «acadêmica», amachadiana (7), e sim à sua linha política de oposição.

Nesse período em que o regime fascista tenta confundir as coisas, as forças populares devem se esforçar por ter o máximo de clareza na adoção de uma ampla plataforma unitária, capaz de desmascarar a cada passo o inimigo real das artes, da ciência, do espírito crítico, do diálogo e da livre circulação de idéias no Brasil. Nossa palavra de ordem deve ser: a cultura contra a ditadura.

## Morreu S. Pessoa. O povo ainda o honrará

Um ano antes de sua morte, ou seja, já passado dos oitenta anos de idade, ele era convocado para «prestar esclarecimentos» na sinistra OBAN. Tal fato — que só não se constitui aberração em países vivendo regimes políticos semelhantes ao nosso — foi mais um episódio lógico na vida do patriota e democrata que a vida científica brasileira vem de perder.

Samuel Pessoa, médico, biólogo e parasitologista, casado com Dona Jovina Pessoa — uma das primeiras mulheres engajadas na Campanha pela Anistia dos Presos Políticos, em 1945 —, faleceu deixando atrás de si uma vida de exemplar atividade em prol da luta pela democracia, pela justiça e pelo progresso social em nosso País.

Para os comunistas, em especial, a morte de Samuel Pessoa representa uma grande perda. Ligado de forma especial ao nosso Partido, ele foi nosso candidato à Câmara dos Deputados nas eleições de 1948. Nos meios científicos, sempre foi um porta-voz de nossas palavras de luta e otimismo. E não só nos limites de nossas fronteiras.

Em 1951, no ponto alto do período da guerra-fria, foi convidado pelo governo da Coreia Democrática para fazer parte da Comissão Internacional de Investigações sobre a guerra bacteriológica levada à prática pelas tropas norte-americanas. E no longo relatório que confirma a aplicação de métodos criminosos contra populações civis, a voz de Pessoa jogou um papel fundamental.

Samuel Pessoa não será esquecido, mesmo que para isso haja o interesse dos órgãos oficiais do momento. E nem essas palavras têm um sentido de despedida. Apenas o de marcação de uma pausa até o reencontro quando seu nome poderá realmente ser homenageado por um Povo brasileiro livre de seus tiranos de agora.

**FIM AO OBSCURANTISMO CULTURAL!**

## NAÇÃO

# Ditadura derrotada nas urnas busca dividir a Oposição. Unir é a resposta

O índice de comparecimento às urnas — entre 85% e 90%, nacionalmente — e o predomínio ardebolista nos grandes centros reforçam a vitória básica obtida pela resistência antifascista nas eleições de 15 de novembro último: sua própria realização. O eleitorado não se deixou intimidar e usou a arma do voto.

Não tendo tido, até aqui, força para suprimi-los, pura e simplesmente, a ditadura tratou, desde sua instauração, de poder, abafar, deformar, esvaziar de substância os processos eleitorais. Em novembro de 1974, o eleitorado brasileiro apropriou-se desse instrumento mantido pela luta popular e democrática — ou, de modo mais abrangente, pela correlação de forças — e infligiu à ditadura militar sua maior derrota política, fulminando-lhe, simultaneamente, os planos de utilizar sua legislação grotescamente casuística para recompor alguma base social e dar alento ao regime.

O Poder tratou, então, de preparar as eleições municipais. Deflagrou, ainda em dezembro de 1974, vasta campanha policial com o objetivo de destruir o Partido da classe operária, isolá-lo politicamente. Campanha de intimidação terrorista contra o movimento de massas e as forças de oposição, sem nenhum disfarce desde agosto último, já com nesso Partido promovido a entidade mítica, presente nos menores desvios da sociedade brasileira. O que, mitologia e agitação à parte, não deixa de ser verdade, do ponto de vista do estado de espírito das massas.

Retocou a legislação de exceção em vigor com as tintas do descrédito, eliminando a propaganda eleitoral da televisão e do rádio; sintomaticamente. Restavam as manobras políticas que complementassem as providências tirânicas. Manobras necessárias, face ao isolamento cres-

**O comparecimento maciço do povo às urnas e a vitória esmagadora que a Oposição obteve nos grandes centros foram os resultados determinantes das últimas eleições. Um passo a mais na marcha retomada em 1974 pela conquista da democracia. E que nem mesmo o terror assassino vai poder impedir desde que as forças democráticas saibam compreender a importância de sua arma maior: a unidade sem hesitação diante das manobras e violências do regime.**

cente do regime, mais uma vez evidenciado pela divulgação recente de documento da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil que denuncia a violência policial-fascista que lava em todo o território da Nação, sob o manto protetor dos conceitos de «segurança nacional». Face ao decorrente acirramento de seus conflitos — ilustrado há semanas por um discurso do deputado Sírvil Boaventura. E face à situação crítica da economia (inflação, dívida externa, desemprego etc.), agravante do mal-estar das massas trabalhadoras.

As manobras vieram, sob duas formas principais:

— Uma deliberada confusão acerca da natureza do pleito, de modo a forçar comparações desproporcionadas com os resultados obtidos pelo MDB em 1974 (quando a votação teve real caráter plebiscitário, sobretudo através do voto majoritário, para o Senado) e desviar a atenção da progressão da oposição em relação ao referencial verdadeiro; as eleições municipais de 1972.

— Uma desinibida mobilização, paga pelo contribuinte, da equipe no Poder — tendo à frente o ditador —, oferecendo as benesses do governo central aos futuros prefeitos arenistas e ameaçando o povo com o boicote aos oposicionistas. Mobilização eleitoral temperada, por via das dúvidas, com fortes condimentos do arsenal repressivo do regime.

Ainda assim, a campanha eleitoral não foi esterilizada. De porta em porta, nos comícios, através de organizações de massa, as forças vivas da Nação se mobilizaram e os candidatos se apresentaram ao povo, num processo que se choca com a essência do regime. Como o próprio ato de votar.

O regime vai manipular os resultados eleitorais até à caricatura — o que é uma seqüência

lógica de tão cuidadosa «preparação» do pleito. Mas, provavelmente, não enganará nem mesmo a si próprio. Porque não se pode ignorar que:

1) O voto para prefeito é interdito em 155 cidades, entre as quais todas as Capitais. Nestas cidades concentra-se nada menos que 1/3 da população do País. Além desses 155 prefeitos nomeados, a Arena ganhou automaticamente mais de 1.000 prefeituras e cerca de 14.000 cadeiras nas Câmaras Municipais das cidades onde o MDB não conseguiu concorrer.

2) Em 1972, o MDB elegeu 436 prefeitos (12% do total) e cerca de 5.000 vereadores (aproximadamente 15% do total).

3) O colégio eleitoral para a eleição de governadores, senadores e deputados é uno, em cada Estado. As divisões municipais do pleito ora realizado deixam de funcionar, neste caso. Assim, o que conta, em termos prospectivos, é a avaliação da *tendência* do eleitorado, estadual e nacionalmente.

4) Os resultados devem ser submetidos a duas leituras: o confronto entre oposição e governo, e, no campo deste, outros confrontos. Em que, às vezes, uma das posições é utilizada pelo eleitorado para canalizar sua insatisfação com o regime.

5) Enquanto a bandeira oposicionista atrai votos, por si mesma, é cada vez maior o número de candidatos arenistas que não têm ânimo para se identificar com o regime. É mesmo possível que a maioria deles tenha feito, nestas eleições, o que fez o deputado Francelino Pereira, presidente da Arena, nas de 1974: omitir a filiação partidária na propaganda.

6) Os ganhos organizacionais do MDB terão sido, em todo o País, notáveis, o que oferecerá ao povo melhores opções em eleições futuras.

Realizado o pleito, parte o re-

gime para a «preparação» das próximas eleições. A perspectiva de realização de eleições diretas para governadores, assim como duma renovação do Congresso Nacional que dê maioria à oposição, coloca em xeque a arquitetura «institucional» erigida pela ditadura — ao sabor das crises de 1965, 1968 e 1969 — para preservar os interesses que representa. Não faltará quem proponha, como medida mais «eficaz», a supressão mesma das eleições.

É nas fraquezas do movimento antiditatorial que o regime procurará apoiar-se para desfechar o contra-ataque pós-eleitoral. Trata-se, aí, do binômio unidade/organização. O nível ainda baixo de organização das massas e de seus movimentos dificulta muito a articulação, no tempo e no espaço, das vitórias obtidas na resistência ao regime, deixando-lhe terreno para manobrar. A unidade, com ser, ainda, mais virtual do que concretamente mensurável em ações e proposições comuns, expõe o conjunto das forças democráticas aos golpes divisionistas do Poder.

Se, em dado momento, a instituição da chamada fidelidade partidária serviu para jugular dissidências no próprio campo do regime, hoje ela perturba o melhor aproveitamento, pelo Poder, das brechas do edifício oposicionista. Se o bipartidarismo dos bacharéis discípulos de Francisco Campos foi um dia a fórmula encontrada para manter a chamada fachada parlamentar, hoje ele aturde os herdeiros daqueles.

Nosso Partido combate a legislação de exceção em seu conjunto. Lutá pela conquista plena das liberdades democráticas. A resistência à progressão do fascismo esfrangalhou o aparato político-institucional da ditadura. Neste momento, dizemos: cabe ao amplo espectro das forças democráticas cerrar fileiras na luta por modificações positivas, que preservem e alarguem a participação popular, no rumo da liberdade.

É decisiva, neste sentido, a unidade sem barreiras dos que se opõem ao regime de exceção. Ela operará em benefício das soluções que interessam ao povo, contra as soluções que a direita persegue através da repressão, do terror, da provocação e das manobras. Faces, todas, duma mesma política, cuja derrota será tanto mais rápida e definitiva quanto mais ampla e firmemente unida se apresentar a frente.

G. de Sá

## A QUEM INTERESSA A CAMPANHA PELA «DESESTATIZAÇÃO»?

Os arautos da identificação do liberalismo econômico com o conceito de democracia continuam atuando impunemente. O cinismo, a mentira e a hipocrisia se mesclam nos argumentos demagógicos desses falsos patriotas que não têm coragem de confessar qual a única liberdade que lhes interessa: a de melhor e mais facilmente explorar a classe operária brasileira em benefício unicamente dos seus lucros.

A resposta a esta questão está estreitamente ligada à compreensão de qual tem sido, nos últimos anos, a evolução do papel do Estado na economia brasileira.

Como é sabido, o Estado no Brasil há bastante tempo desempenha um importante papel na economia. Sua intervenção foi condição necessária para o próprio desenvolvimento capitalista no País, nas condições de dependência do imperialismo, de relativa debilidade da burguesia industrial brasileira e de manutenção do latifúndio. Pode-se mesmo afirmar que a intervenção estatal na economia teve um caráter bastante progressista, contribuindo para a criação e o desenvolvimento da indústria brasileira. Em grande medida, foi o resultado da luta das massas populares e de setores progressistas da própria burguesia em prol de um desenvolvimento independente da economia nacional, livre da dominação imperialista. Assim foram criadas a Companhia Siderúrgica Nacional, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), a Petrobrás e outras empresas estatais.

A Petrobrás, por exemplo, resultou de uma luta de vários anos, que aglutinou amplos setores do nosso povo, pelo monopólio estatal do petróleo e pela defesa das nossas riquezas naturais, ameaçadas pela ganância dos monopólios imperialistas. Foi uma luta gloriosa, em que perderam a vida muitos brasileiros.

Entretanto, mesmo antes do golpe reacionário de 1964, quando vigorava um regime democrático no Brasil, o imperialismo, com o apoio de seus aliados internos, exercia pressão permanente sobre o aparelho de Estado. E frequentemente obtinha concessões importantes da economia nacional, contando para isso com toda sorte de generosos incentivos concedidos pelo Estado.

Já naquela época os monopólios, principalmente os norte-americanos, desenvolviam esforços para transformar o Estado brasileiro em um instrumento a serviço de seus interesses. Contudo, essa influência ainda era relativa e limitada. O regime democrático então em vigor, não obstante todas as suas limitações, permitia às forças democráticas e anti-imperialistas frenar os intentos imperialistas e garantir algumas conquistas populares, como é o caso da Petrobrás.

Com o golpe de 1964, a situação muda radicalmente. Os grupos monopolistas estrangeiros e seus sócios menores — os monopólios nacionais —, com a conquista dos postos-chave da economia, haviam passado a exercer o controle da vida econômica da Nação. Restava-lhes conquistar o domínio político. O golpe reacionário abriu o caminho pa-

ra que, num processo que levou alguns anos, o Estado brasileiro fosse transformado num eficiente instrumento a serviço dos monopólios nacionais e estrangeiros, particularmente os norte-americanos. O caráter de classe da intervenção estatal na economia adquire contornos nítidos: o Estado passa a ser um elemento indispensável à reprodução do capital monopolista. Tem lugar a interpenetração dos monopólios com o Estado, dando início à formação do Capitalismo Monopolista de Estado no Brasil. Forma-se no País um novo sistema de dominação, que tem como objetivo central a defesa dos interesses monopolistas.

### O FASCISMO

Nas condições brasileiras, o processo de implementação do CME veio acompanhado do recurso às formas fascistas de dominação. O regime democrático de antes de 1964 era um empecilho à aplicação dos objetivos dos monopólios. Somente um regime fascista teria condições de conter o movimento de massas, de esmagar a luta da classe operária e permitir aos monopólios assegurar seus lucros fabulosos às custas da superexploração das grandes massas trabalhadoras. A tranquilidade social para os monopólios foi imposta aos trabalhadores através do regime fascista, que hoje oprime nosso povo.

*No Brasil, a ditadura fascista foi imposta para garantir a acumulação capitalista dos grandes grupos monopolistas. E o Estado aumentou a sua participação na economia exatamente para assegurar esses interesses monopolistas privados. A crescente "estatização", de que tanto se vem falando nos últimos tempos, é o resultado de uma política consciente do Estado em benefício dos monopólios, principalmente os estrangeiros.*

Como explicar, então, que conhecidos porta-vozes dos interesses monopolistas, como «O Estado de São Paulo», o «Jornal do Brasil», «O Globo», a revista «Visão», sejam os paladinos de uma intensa campanha contra a «estatização» da economia? Campanha em que a «estatização» é identificada com ditadura, e a «livre iniciativa privada» com democracia, do que decorre que a melhor maneira de lutar pela democracia seria combater a «estatização».

Se bem que o crescimento do papel do Estado na economia tem seus mais diversos aspectos) correspondeu fundamentalmente aos interesses dos monopólios, por outro lado, gerou novas contradições. O próprio fortalecimento do setor estatal e a crescente

importância dos gerentes das empresas estatais — A CHAMADA TECNOCRACIA — favoreceram a formação de um grupo da oligarquia financeira possuidor de interesses próprios, que frequentemente se chocam com os dos monopólios privados. Aumentou a independência relativa do Estado, que, se no fundamental assegura os interesses globais da oligarquia financeira, em muitos aspectos tem contradições de algum vulto com determinados setores monopolistas privados. São exatamente essas contradições que explicam os ataques virulentos da revista «Visão», por exemplo, à tecnocracia estatal.

Poder-se-ia dizer que o feitiço voltou-se contra o feiteiro. Os monopólios incentivaram o crescimento do setor estatal e agora têm dificuldades para controlá-lo e obrigá-lo a atender a todos os seus objetivos.

*Assim, os monopólios estrangeiros desejam que lhes sejam concedidos favores estatais ainda maiores, como, por exemplo, maiores facilidades para as remessas de lucros. Querem não só a assinatura dos contratos de risco com a Petrobrás — medida que na prática significou a liquidação do monopólio estatal do petróleo —, mas a entrega total da Petrobrás, da CVRD e de outras empresas estatais. Na verdade, o problema que se coloca não é o da "estatização", mas o de uma desnacionalização crescente da nossa economia, como tem sido denunciado por diversas personalidades, inclusive pelo ministro Severo Gomes.*

Ao mesmo tempo, há os interesses dos monopólios nacionais — sócios-menores dos estrangeiros —, mas que têm suas aspirações próprias e tentam, em certa medida, não só controlar o poderio dos monopólios estrangeiros como obter uma maior participação nos seus lucros. Para fortalecer-se, a burguesia monopolista brasileira procura, com a ajuda do Estado, formar grandes conglomerados (esse é o conteúdo fundamental da lei das Sociedades Anônimas ora em debate) em prejuízo das pequenas e médias empresas, assim como privatizar algumas das empresas estatais particularmente lucrativas, o que lhe permitiria acumular capital através da incorporação do capital estatal. A burguesia monopolista brasileira não tem outro caminho para fortalecer-se que não seja o de associação crescente com o capital estrangeiro, por um lado, e o de subordinação cada vez maior do Estado aos seus interesses particulares (prejudicando não só as massas trabalhadoras como os setores não monopolistas da própria burguesia), por outro lado.

## BASTA DE DEPENDENCIA AOS MONOPOLIOS!

## OS VERDADEIROS INTERESSADOS

É evidente, portanto, que por trás da campanha contra a «estatização» estão os interesses dos monopólios nacionais e estrangeiros, que julgam que o Estado brasileiro ainda não favorece suficientemente os seus objetivos. Há um entrelaçamento de interesses em jogo. Os monopólios nacionais necessitam do apoio do imperialismo para, com a participação do Estado, assegurar a reprodução capitalista e, por isso, não vacilam em contribuir para a crescente desnacionalização da economia brasileira. Os monopólios estrangeiros têm na burguesia monopolista brasileira um aliado interno fundamental e, conseqüentemente, pressionam no sentido de que algumas empresas estatais passem ao seu controle.

E o Governo? Sem dúvidas, reflete em grande medida os interesses da tecnocracia estatal. Esta trata de impôr seus interesses, utilizando para isto o instrumental fascista conquistado com o apoio dos próprios monopólios.

*O que está em jogo, portanto, não é a democracia, que correria o perigo de sucumbir com a crescente «estatização». A democracia no Brasil já sucumbiu, vítima do fascismo, que foi implantado para garantir os interesses da chamada «livre iniciativa privada», ou melhor dito, das monopólios. O que está em jogo atualmente é se os monopólios, principalmente os estrangeiros, conseguirão conquistar novas posições ou não, subordinando ainda mais a economia nacional e o próprio Estado aos seus interesses particulares.*

A única alternativa válida para a crescente dominação de nossa pátria pelos monopólios é a da derrota do regime fascista e da edificação de um Estado democrático a serviço dos interesses do povo. Um Estado que, em vez de subsidiar os monopólios, contribua para o fortalecimento dos setores não monopolistas e para o bem-estar das massas trabalhadoras. Esta é a alternativa dos comunistas, que sempre lutaram por um setor estatal democrático e a serviço dos interesses dos trabalhadores e do povo.

ROGIZIO FREITAS

## IMPORTANTE

**O conhecimento amplo das posições dos comunistas é fundamental para a luta coerente pela democracia no Brasil**

Leia V.O.

e passe para a frente

## VIII congresso do pcp; Um governo de esquerda com programa de esquerda para garantir conquistas do processo português

Com uma manifestação popular, no já célebre Campo Pequeno, encerrou-se a 14 de novembro o VIII Congresso do Partido Comunista Português, ao qual compareceram 1 200 delegados representando 2 897 assembleias de organizações de base do Partido.

Este Congresso tinha por fim submeter à reflexão geral do Partido a série de acontecimentos que se seguiram à Revolução de 25 de Abril; questões à que se referiu particularmente o relatório do camarada Alvaro Cunhal, Secretário-Geral.

Na sua intervenção, o camarada Cunhal fez o balanço dos «extraordinários êxitos alcançados pelo povo em tão curto espaço de tempo: a instauração de um regime democrático com uma Constituição das mais avançadas, o fim da guerra colonial e a independência dos povos nas novas repúblicas da África, as modificações profundas das estruturas económicas com a intervenção ativa dos trabalhadores na produção além da transformação das relações internacionais de Portugal.

Para tais conquistas foi devidamente avaliado o papel jogado pelo Partido da classe operária neste período. Mas, com um senso auto-crítico, aprofundando também aquilo que houve de insuficiente. Nesta parte, o camarada Cunhal destacou os aspectos negativos das manifestações de sectarismo, a deficiente resistência às pressões dos grupos de ultra-esquerda, uma avaliação excessivamente otimista da divisão de forças no seio das Forças Armadas e do MFA, e uma ausência de respostas adequadas aos problemas apresentados pelos comerciantes, industriais, intelectuais, quadros técnicos, que deve ser debitada a responsabilidade do PCP.

O informe se dedica a seguir à análise dos dias atuais, em que as forças reacionárias tentam por em xeque as conquistas consideráveis do processo português, e realça que é em defesa de tais conquistas que os comunistas, assim como todos os democratas, contribuem ao progresso da sociedade.

«Não se pode, afirmou o camarada Cunhal, superar a crise grave que abala o País, e o governo socialista não poderá fa-

zê-lo, contra a classe operária, contra os interesses das camadas trabalhadoras. De que forma se pode agir «como se as estruturas do País não houvessem mudado», como se «o Portugal fosse o mesmo de antes de 1974?»

Acrescenta, no entanto, que as reivindicações «devem ter em conta a situação financeira das empresas» e que a utilização da greve «deve ser também função das suas repercussões sociais, económicas e políticas». Mas para o camarada Cunhal, a «consolidação da democracia» exige que o governo se adapte à situação real criada pela revolução, o que não seria o caso do governo Marlo Soares. A atual administração é acusada de praticar depurações à esquerda, de utilizar para fins partidários os grandes órgãos de informação, de tomar de assalto todos os postos importantes do aparelho de governo, e de manifestar uma intolerância «pouco compatível com o pluralismo anunciado pelos dirigentes socialistas». E o pior é que tal política de «recuperação capitalista», e de «compromisso com a direita» não seria ainda necessária para satisfazer às «forças reacionárias», cuja ofensiva se intensifica no dia-a-dia.

E nesse quadro que o secretário-geral do PCP avança a proposta concreta dos comunistas: um governo constituído por socialistas, comunistas, militares e independentes de esquerda, sobre a base de um programa comum. Ou ainda, como alternativa, um governo dirigido por uma personalidade independente que conte com o apoio do PCP e do PS.

É verdade que a nível de dirigentes, tal proposição é considerada difícil de ser aceita pelo anticomunismo que se implanta nas lideranças do PS. Mas tal não acontece em nível de base, onde os contatos se intensificam.

Ao fim do Congresso, elagueu-se — por unanimidade — o novo Comité Central — alargado para 54 membros efetivos e 36 suplentes — e este reelegeu, também unanimemente, Alvaro Cunhal como Secretário-Geral do PCP.

## OS COMUNISTAS BRASILEIROS SAUDAM O PCP!

## INTERNACIONAL

## Concessões de Mario Soares estimulam a direita

A grande imprensa hoje em dia já não se ocupa tanto de Portugal. Isto quer dizer que acabou o perigo de um golpe da direita? Muito pelo contrário. Nunca a reação nostálgica dos tempos de Salazar esteve tão tranquila em suas articulações. O exemplo mais gritante de tal estado de coisas poderia ser dado com a crise surgida, tanto no seio do Partido Socialista, quanto no governo Mario Soares, primeiro-ministro e primeiro-secretário do PS, por ocasião do afastamento do Ministro Lopes Cardoso, da Agricultura.

Lopes Cardoso havia se transformado, desde há algum tempo, no principal alvo dos grandes proprietários de terra em Portugal. Seu crime? Cumprir à risca a lei da Reforma Agrária, decretada ainda durante o governo de Vasco Gonçalves, e cuja anulação se transformara numa das principais reivindicações das forças de direita em Portugal.

Mário Soares, o líder da «revolução democrática» que se opunha aos «planos» do PCP na época em que este lutava para que os rumos imprimidos pelo MFA à Revolução Portuguesa assumissem destinos consequentes na construção de uma sociedade socialista, revelou no desenrolar da crise que envolveu o seu Ministro da Agricultura, a sua verdadeira face. Dobrou-se às exigências da direita num clique e bem definidor relatório que apresentou por ocasião do último congresso do seu Partido. Em sua intervenção, Mario Soares não fez outra coisa que ameaçar a classe operária, os camponeses, as forças realmente democráticas de Portugal, na já tradicional arengação reacionária de que cabe a estes o peso dos sacrifícios para a correção de uma crise econômica sobre a qual não têm a menor responsabilidade. E em nenhum momento chegou a citar o nome de Sottomayor Cardia, o ministro da educação que se tem caracterizado pela caça aos reitores e professores progressistas nas universidades, numa tarefa típica de qualquer réis spinolista.

Mas não há incoerências na posição de Mario Soares. Basta conhecer a forma como organizou o PS, numa rua de Bonn. Sob a égide da social-democracia alemã que já via, coisa de dois anos antes do 25 de Abril, o fim do salazarismo, e que cuidava de preservar os seus interesses de potência imperialista na Europa, assim como os interesses do imperialismo maior, o norte-americano, buscando uma saída capaz de ludir as grandes massas despreparadas por quarenta anos de fascismo.

Se vemos o período posterior a 25 de abril, constatamos que seu papel foi o de per-

**Durante o ano de 1975, Mario Soares fez as manchetes dos principais órgãos de informação reacionários. Não só do Brasil, como do mundo. E toda aquela gritaria promovendo o líder da «revolução democrática» que se opunha ao «totalitarismo» dos comunistas tinha um objetivo lógico. Porque afinal seria ingenuidade pensar que essa gente estava muito preocupada com a democracia em Portugal, depois de 50 anos de amor por Salazar.**

manentemente negar as proposições do PCP para a formação de uma frente civil das forças que afirmavam apoiar o MFA em seus propósitos. Isto não quer dizer que o PCP se considere perfeito em suas avaliações dos diversos momentos difíceis vividos pela Revolução. Aliás, é nos seus documentos oficiais que se pode encontrar as mais duras críticas às suas possíveis falhas. O que é certo, é que nenhum dos problemas na política de alianças se constituiu, em qualquer momento, um perigo para as conquistas democráticas.

Mas será que podemos dizer o mesmo do PS? Podemos dizer o mesmo, por exemplo, dos contatos mantidos por baixo do pano com os nostálgicos do salazarismo até nos momentos em que estes recorriam aos métodos mais bárbaros do terrorismo vândalo? Mesmo no Brasil, nunca foi segredo para ninguém de boa-fé as conversas ocultas entre Mario Soares e Spínola, depois que este já se encontrava no exílio, e que sua liderança sobre os grupos organizados na base de antigos agentes da PIDE era um fato fartamente conhecido.

Não vale a pena esquecer, também, as questões concernentes à ação de Mario Soares como condutor dos negócios estrangeiros de Portugal, e o papel hesitante que fez Portugal jogar até o último minuto na independência de Angola. Erro de cálculo, ou posição estudada e coerente com interesses outros que não os do povo português? A verdade é que não foi por simples capricho que o governo da República Popular de Angola proibiu a entrada do órgão oficial do PS em seu território. A hesitação do governo Mario Soares na política de retomada de contatos em um novo nível com Guiné-Bissau, Moçambique e Angola foi tão lógica quanto a pressa em reativar os laços com a ditadura brasileira. Cada um que tire suas conclusões.

O importante de tudo é que as forças democráticas e progressistas de Portugal, que se manifestam muito significativamente a nível de base no PS (um quarto dos delegados do último congresso definiu-se radicalmente contra a política de Mario Soares, o que o obrigou a substanciais modificações no seu discurso de encerramento), têm forças bastante e um elevado nível de combatividade. E, sob a lúcida liderança do PCP, saberão chegar ao denominador comum que transforamará as conquistas em realmente irreversíveis.

M. SILVA

## Angola, Africa do Sul e a mentira da ditadura brasileira

A questão da Africa Austral se transformou num dos problemas básicos das relações internacionais em nossos dias. Abertamente, ninguém tem mais coragem de se vincular com os regimes racistas de Rodésia e Africa do Sul. Mas, às escondidas, as coisas são diferentes, que para o capital o que conta é o lucro, e não a forma como ele é obtido.

Para não falar das grandes potências, Estados Unidos, França e Inglaterra, condenadas pela Assmbléia Geral das Nações Unidas por seus contatos comerciais e venda de armas e centrais nucleares a esses países onde já se nasce cometendo um crime por ser filho de negros, vale considerar o papel hipócrita jogado pela ditadura brasileira.

De um lado, denúncias bem fundamentadas de que o Brasil se prestaria à organização de um pacto militar que jogaria no Atlântico Sul o mesmo papel que a OTAN joga no Atlântico Norte.

A ditadura, através de seu ministro de relações exteriores, desmente. Mas, por declarações que escapam dos seus mais nítidos líderes fascistas nas forças armadas, confirma. E a estratégia não escapa à análise dos líderes dos movimentos de libertação nacional que impõem uma nova linha no consenso das relações internacionais dos países africanos.

Assim é que, Lucio Lara, secretário do MPLA, não parece ter tomado muito em conta as observações de Silveirinha sobre a «inocência» do regime brasileiro, e fez declarações oficiais bastante importantes.

«Angola está cercada pelo imperialismo por todos os lados. Inclusive pelo mar». Este pelo mar tem a ver com o governo brasileiro. E não é por acaso que, na mesma ocasião da entrevista do camarada Lucio Lara, o *Journal de Angola*, órgão oficial do MPLA apresentava um importante artigo onde se denunciava a cooperação nuclear entre o Brasil e a Africa do Sul, o principal inimigo de Angola e de sua Revolução.

Melhor seria que o Itamaraty adaptasse sua linguagem ao texto de um correspondente brasileiro — que deve ser muito do gosto dos militares preocupados com o «perigo soviético» representado na afirmação de independência das antigas colônias de Africa — e que se referia às partes do conflito da Rodésia como «forças de segurança de Salisbury» e «guerrilheiros terroristas». Uma formulação antidiluviana que nem mesmo o antes todo-poderoso Kissinger cometeria mais para se referir à «minoria branca opressora» e à «maioria negra oprimida».

**ANTICOMUNISMO É ARMA DA DIREITA!!**

## Interesses a que serve determinam regime brasileiro: ditadura fascista

Desde o golpe de 1964, as forças da oposição viram-se diante de uma difícil tarefa teórica e política: a exata definição da natureza do novo regime. Tratava-se não apenas de definir o seu conteúdo de classe, mas também de caracterizar a forma de Estado que ia paulatinamente substituindo a limitada democracia formal que, com altos e baixos, conhecemos desde a Constituição de 1946.

Essa tarefa estava longe de ser acadêmica. Do modo de resolvê-la dependia o estabelecimento de alguns pontos essenciais da política do movimento operário e das forças da oposição em geral, sobretudo o problema da determinação das classes interessadas na derrubada do regime e a indicação das formas de luta que essa derrubada implicava.

A sumária definição do regime como «ditadura militar a serviço do imperialismo», que logo se generalizou sobretudo no nível da agitação e da propaganda, apresentava certamente a aparência imediata do processo; daí a sua relativa eficácia. Mas se tratava de uma definição abstrata. Em primeiro lugar, as ditaduras militares podem surgir em diferentes formações econômico-sociais e podem representar variados ou mesmo opostos alinhamentos de classe; por outro lado, a expressão «a serviço do imperialismo» deixava na sombra o modo específico de articulação entre as forças externas e as forças internas na configuração do novo regime.

Era preciso, assim, aprofundar a definição. Mas logo surgiram divergências. Elas eram intensas, por exemplo, entre a oposição burguesa: se Hélio Jaguaribe, em 1967, não recuou diante da classificação de «colonial-fascista» (que abandonou em seguida), os elementos mais moderados do MDB não usavam sequer falar em ditadura. Paulatinamente, contudo, foi se generalizando um novo conceito nos meios intelectuais, em particular entre aqueles ligados à e-

mergência no Brasil de um movimento reformista: o conceito de «autoritarismo».

Segundo Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, o regime seria um «paternalismo autoritário de tipo técnico-burocrático» (cf. *Autoritarismo e Democracia*, Rio, 1975, p. 85). A seu ver, a definição como fascista seria um equívoco, pois — além de infiel às «singularidades históricas» — deixaria de lado o caráter não-mobilizador (ausência de base de massas) e não-expansionista do Estado brasileiro atual. Seria fácil mostrar como Cardoso parte de um conceito restritivo de fascismo, baseado apenas nas experiências «clássicas» da Itália e da Alemanha, onde o regime se apoiava sobre partidos de massas e era diretamente imperialista; ele deixa de lado certas variantes de fascismo dependente surgidos na Europa dos anos 30, como os da Hungria ou da Bulgária, que não só haviam sido impostas «pelo alto» (através de ditaduras militares) como se situavam na área hegemônica de uma potência imperialista estrangeira.

Nosso Partido, ao contrário, a partir da Resolução do CC de novembro de 1973, abandonou a expressão «processo de fascitização» — com a qual indicava a tendência principal dos governos ditatoriais até a decretação do AI-5 — e passou a definir claramente o regime como fascista. Os conteúdos dessa definição foram se concretizando em documentos e materiais posteriores.

Portanto, para o PCB, o Estado brasileiro atual não é apenas uma «ditadura militar», mas uma «ditadura terrorista dos elementos mais reacionários do capital financeiro», na consagrada expressão de Dimitroff. O conteúdo de classe do novo regime é assim indicado nos grandes monopólios, tanto nacionais quanto (sobretudo) internacionais. E o objetivo final ao qual se dirigem as medidas repressivas e ditatoriais em nosso País seria o de garantir e impulsionar a reprodução

**Precisar a caracterização de um regime não é puro exercício de estilo. É, isto sim, uma forma de melhor se instrumentar para combatê-lo. Porque só a correta caracterização pode determinar a correta política de alianças. A mais ampla e resistente unidade democrática exige a precisão do inimigo fundamental a ter como alvo. No nosso caso, o regime que está a serviço dos grandes monopólios.**

ampliada desse capital monopolista dependente, através não apenas do arrocho salarial (da superexploração da força-de-trabalho), mas também de uma sistemática transferência da mais-valia social para os setores com alta concentração de capital, em particular para os multinacionais que operam no País.

Essa política de superexploração e de concentração monopolista exigia não apenas uma nova forma de dominação no plano superestrutural, com alterações na esfera política, jurídica e ideológica, mas também uma crescente intervenção do Estado na esfera da economia, com o objetivo de consolidar no País uma modalidade dependente de capitalismo monopolista de Estado (CME). Em suma: o fascismo se apresenta no Brasil como a forma estatal exigida, em dada conjuntura nacional e internacional, para a consolidação do capitalismo dependente, consolidação que — dado o caráter «precoce» da concentração do capital em nosso País — impunha sua passagem para o estágio do CME.

A definição como fascista, portanto, leva a uma precisa caracterização do conteúdo de classe da ditadura (a burguesia monopolista nacional e internacional), a uma correta formulação da relação entre capital privado e capital estatal (a intervenção do Estado colocada a serviço da reprodução do capital monopolista) e, sobretudo, a uma adequada especificação do conjunto de classes cuja aliança constituirá a frente antiditatorial (não apenas a totalidade dos trabalhadores e das camadas médias assalariadas, mas também os setores não-monopolistas da burguesia).

Já a caracterização do regime como «autoritário» deixa sem solução (ou apresenta soluções equivocadas) para essas questões essenciais. Antes de mais nada, pode-se observar como o termo «autoritarismo», assim como «ditadura militar», presta-se para indicar os mais variados

tipos de dominação de classe (por exemplo, tanto a ditadura do proletariado quanto o Haiti de Duvalier); já o conceito de fascismo se vincula a uma formação econômico-social concreta (capitalista) e a um estágio preciso do seu desenvolvimento (monopolista de Estado), com todas as consequências que isso implica no plano da superestrutura estatal.

Além do mais, desconhecendo as leis que vigoram no CME, Cardoso concede em suas análises uma exagerada autonomia, tanto política como econômica, ao aparelho estatal. Chega a falar na existência de uma «burguesia de Estado», cujos supostos interesses de classe (intervenção estatal na economia, expansionismo) se chocariam com os da burguesia monopolista privada (anti-estatismo, «liberalismo», etc.). Cardoso transforma alguns atritos entre o Estado (enquanto representante do capitalismo monopolista em seu conjunto) e certos monopólios privados, atritos inevitáveis em qualquer tipo de CME, numa oposição mais profunda, que põe frente a frente duas diferentes frações da burguesia, com ideologias e interesses diversos ou mesmo antagônicos.

E o mais grave: atribuindo a esse «burguesia estatal» (ou «tecnoburocracia estatal») a responsabilidade pelo caráter autoritário do regime, Cardoso é implicitamente levado a fazer da luta pelo que ele chama de «democracia substantiva» em nosso País uma luta abstratamente antiburocrática e não uma luta concretamente antimonopolista. Trata-se de uma conclusão diante da qual o espírito crítico de Cardoso recua freqüentemente; mas o fato é que essa conclusão está contida em seu conceito equivocado de «autoritarismo burocrático».

O esforço de divulgação e de justificação dos motivos que levaram nosso Partido a definir o regime como fascista não deve ser subestimado: não se trata de uma discussão acadêmica, mas de um problema que implica grandes consequências políticas. E que consideramos importante clarificar com todos os sinceros democratas que se opõem ao atual regime, mesmo sem classificá-lo como fascista. A luta pela clarificação ideológica, longe de ser um fator de divisão, deve contribuir precisamente para ampliar e aprofundar a unidade de todas as forças populares contra o regime vigente em nosso País.

G. Marques

## CONTRA A DITADURA UNIDADE DEMOCRÁTICA

## Agricultura: ataque aos camponeses em defesa do monopólio e do latifúndio

O agravamento da crise que afeta a economia brasileira vem se manifestando de forma particular no setor agrícola, o que tem reduzido a empatia do ministro Paulinelli e sua equipe às suas proporções mais justas.

Os conflitos sociais se intensificam. Posses e latifundiários se defrontam em todas as regiões agrárias do País. Não só os camponeses, mas também sacerdotes são assassinados por capangas contratados pelos grandes proprietários, ou, de forma mais coerente, pelos próprios agentes dos serviços de segurança da ditadura. Enquanto isso, Geisel recebe solenemente o presidente da Confederação Nacional de Agricultura, o ex-senador Flavio de Brito, para escutar atentamente as «denúncias» de infiltração comunista na Igreja, o que estaria transformando bispos e missionários em agentes da subversão.

A denúncia não mereceria ser considerada mais do que ridícula não fosse o trágico assassinato do padre João Penido Burnier poucos dias depois, o que levou as relações entre a Santa Sé e a ditadura brasileira ao seu nível mais baixo depois de 1964. Teria sido mais prudente se Geisel, já então travestido em cabo eleitoral da Arena, tivesse levado em conta as declarações de um outro religioso que o aconselhava a ouvir as queixas não do patronato, mas sim dos trabalhadores. Realista, no entanto, o religioso acrescentava: «mas estes não têm mais voz».

Na mesma conjuntura, estoura o escândalo do feijão, ou seja, o tradicional alimento do povo brasileiro praticamente desapareceu do mercado. Em todas as capitais surgiram as filas, o racionamento, o mercado negro, a ameaça e a concretização de saques aos poucos super-mercados que estocavam feijão, com os conseqüentes excessos da polícia contra o povo. Enfim, a desmoralização completa da chamada política de abastecimento da ditadura. Para evitar que tal caos refletisse nas eleições, decidiu-se pela importação do feijão — um produto que antes existia em excesso — gastando-se assim dólares preciosos nestes momentos de quase bancarrota das contas externas do País.

Para complicar ainda mais o quadro, o fluxo de mão-de-obra das zonas rurais para as urbanas se mantém, ao mesmo tempo que crescem os contingentes de «bóias-frias», ou «sem-bóias» como melhor corresponde às suas reais condições de vida. Mas no quadro de agravamento das contradições, estes começam a se organizar, acionam a Justiça e partem para os dissídios salariais, principalmente em São Paulo.

Não resta dúvida que a radicalização do conflito posseiros-latifundiários, o problema

O agravamento e a generalização dos conflitos no campo são consequência lógica da política agrária de um regime que existe para defender os interesses dos latifundiários. Não existe saída para o desenvolvimento neste setor fora dos quadros de uma modificação radical na estrutura de propriedade da terra e nas formas feudais de exploração do homem.

dos «bóias-frias» e a escassez de um produto básico de subsistência como o feijão encontram sua origem principal na política de «lavoura empresarial» da ditadura, baseada na modernização acelerada de determinados setores da atividade agrícola, sem qualquer alteração na estrutura de posse e uso da terra.

O conflito posseiros-latifundiários, que não é coisa nova no campo brasileiro em função da extrema concentração da propriedade da terra, agudizou-se e generalizou-se nos últimos anos como consequência da discriminatória política de incentivos fiscais aplicada pelo atual regime em benefício dos grandes monopólios.

Como é conhecido pode-se descontar até 50% do imposto de renda desde que este total venha a ser investido em áreas «prioritárias» estabelecidas pelo governo. Entre tais áreas prioritárias está a zona de expansão da fronteira agrícola, no centro-oeste e norte do País. Impulsionados pelos incentivos fiscais, e por toda uma outra série de facilidades, grandes empresas nacionais e os monopólios multinacionais (principalmente estes últimos) passaram a comprar terras naquelas regiões dando lugar ao surgimento de um mercado selvagem e sangrento. Terras utilizadas há anos pelos posseiros, que desbravaram a floresta e construíram as primeiras estradas e benfeitorias, são, de repente, apresentadas como propriedade de um magnata, nacional ou estrangeiro. Começa o processo, então, de expulsão dos posseiros, inicialmente com ordens judiciais, os buldozers em seguida, para chegar rapidamente ao incêndio de pastos e cultivos, e ao ataque armado direto contra os posseiros e suas famílias. E como bem demonstra o assassinato de Padre Burnier, as grandes empresas vêm contando com um significativo aliado para a efetivação desta etapa do modelo de «modernização acelerada»: os aparatos oficiais de repressão do regime.

Já o problema do feijão em falta é consequência de outro aspecto básico da «lavoura empresarial» que se deseja implantar. Ou seja, subsídios e créditos preferenciais às lavouras de exportação (soja) ou àquelas com maiores condições de se modernizar rapidamente (trigo). Ou ainda, à pecuária. Foi assim que os fertilizantes tiveram seus preços subsidiados em 40% durante algum tempo; os preços dos tratores subiram sempre menos que a inflação — incentivando assim a mecanização indiferenciada e expulsando mão-de-obra — e os créditos foram aumentados de forma significativa, chegando em 1973 a cerca de 50% do Produto Interno da agricultura. Ora, é sabido que os principais cultivos de subsistência são levados a cabo

fundamentalmente nos minifúndios e pequenas propriedades, setores que por suas características foram excluídos dos benefícios generosos da «modernização acelerada». Desnecessário citar a quem se dirigiram tais benefícios. Basta lembrar que para obter crédito no Banco do Brasil é necessário oferecer certas garantias — principalmente ter terra — às quais os pequenos proprietários não podem satisfazer. Desta forma, quase todo o aumento do crédito à agricultura, tão propagado pela ditadura, foi canalizado para as grandes propriedades que se transformaram em «exemplos» da «lavoura empresarial». Se se agrega a tais fatores o fato de que é justamente sobre os minifúndios e pequenas propriedades que se faz sentir com maior intensidade a ação dos intermediários especuladores — aos quais a «modernização» não toca nem mesmo de forma desacelerada — pode-se compreender o porque da escassez de feijão, ou dos seus preços proibitivos.

### OUTROS FATORES

Mas a política agrícola seguida até o momento apresenta também outras contribuições de importância para o agravamento da crise da economia brasileira. Considere-se, por exemplo, que os vultosos recursos destinados à «modernização acelerada», principalmente aos setores de exportação, são um dos focos principais da aceleração do processo inflacionário nos últimos três anos. Por outro lado, tal política vem provocando um ritmo de crescimento significativo nas importações destinadas ao setor agrícola, ao passo que as exportações agrícolas contraem-se, em termos relativos ao menos — a CEPAL, em seu «Estudo Econômico para Latino América», 1975, mostra que enquanto o Produto Interno da agricultura cresceu a uma taxa de 6,9% entre 1971 e 1974, as importações aumentaram a uma taxa de 34,2%, e as exportações agrícolas decresceram ao ritmo de 2,4%.

Intensificando e agravando o choque entre posseiros e latifundiários; aumentando o número de camponeses expulsos do campo para se transformarem em «bóias-frias» ou párias nas zonas urbanas; com escassez de bens essenciais e contribuindo para agravar o problema da inflação e do balanço comercial, a «modernização acelerada» caminha rapidamente para o fracasso. E não é sem motivo que já se começa a falar, até mesmo em círculos governamentais, na «reativação da agricultura como fonte interna de crescimento».

Criam-se assim as condições propícias para, através de uma correta compreensão das especificidades do desenvolvimento do capitalismo no campo, levar à frente a luta contra o latifúndio, contra a ação sanguinária das multinacionais e das grandes empresas nacionais na zona da fronteira; pela Reforma Agrária, pela formação de cooperativas entre pequenos proprietários, contra os intermediários-especuladores. Nesta luta, cabe ao Partido Comunista Brasileiro, ao lado de seus aliados, um papel fundamental.

EDMUNDO CEREJO

**FIM AO TERROR CONTRA CAMPONESES!**